



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 45, DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício "S" nº 12, de 2023, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Otto Alencar

11 de julho de 2023



PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 12, de 2023, da Procuradoria-Geral da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público estadual.*

Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação de recondução do Senhor João Paulo Santos Schoucair ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Ofício vem assinado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, a quem compete a escolha nos termos do art. 103-B, XI, da Constituição Federal, e se sujeita à aprovação deste Senado Federal, por força do § 2º do mesmo artigo.

Previamente à votação da matéria, cabe a esta Comissão proceder à arguição pública do indicado, nos termos da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005. O referido diploma normativo, visando a municiar os Senadores das informações necessárias à discussão e votação da matéria, exige que a indicação seja acompanhada do seguinte rol de documentos:

Art. 5º As indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:

I – curriculum vitae do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;

II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de

provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;

IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

A exigência do inc. I foi satisfeita por ocasião da própria indicação (fls. 2 do Ofício “S” nº 12, de 2023; e fls. 3 do Avulso), e as declarações mencionadas nos incs. II, III e IV foram oportunamente juntadas pelo indicado. Reputamos, dessa forma, que os requisitos ditados pela Resolução nº 7, de 2005, foram devidamente cumpridos.

Passamos a descrever sucintamente o vasto currículo do indicado. João Paulo Santos Schoucair é Procurador já vitaliciado do Ministério Público do Estado da Bahia, tendo ingressado no cargo em 2004, após aprovação em concurso público de provas e títulos. Narra que oficiou em diversas comarcas do interior do Estado, até mais recentemente ser lotado em Salvador. A partir de 2018, passou a atuar como membro auxiliar da Procuradoria-Geral da República, oportunidade que narra ter-lhe permitido aprimorar seus conhecimentos a respeito da dinâmica de funcionamento dos Tribunais Superiores, o que é sem dúvida de grande importância ao exercício do cargo de Conselheiro do CNJ. Destaca ainda experiência como coordenador, entre 2020 e 2022, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e Investigações Especiais do Ministério Público da Bahia, logo antes de ser indicado pelo Procurador-Geral da República e aprovado por esta Casa para exercer seu primeiro mandato no CNJ como representante dos Ministérios Públicos Estaduais, cargo a que ora busca ser reconduzido.

É bacharel em Direito, pós-graduado em Ciências Criminais e mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de doutorando em Direito Penal e Processual Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Em sua trajetória acadêmica, conta também passagem pela universidade de *Harvard* e pela *American University*, nos Estados Unidos; e pela *Università degli Studi di Roma Tor Vergata*, na Itália.

É ainda autor e coautor de múltiplas publicações em áreas como direito penal, processual penal e administrativo sancionador. Conta, além disso, duas premiações como Executor Destaque, em 2015 e 2016; e o Prêmio José Joaquim Calmon de Passos, em 2009.

Por todo o exposto, reputamos que o Senhor João Paulo Santos Schoucair satisfaz plenamente os requisitos constitucionais para o exercício do cargo. Opinamos que a matéria se encontra, ademais, regularmente instruída, estando madura para deliberação desta CCJ e, posteriormente, do Plenário deste Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CCJ, 11/07/2023 às 09h30 - 18ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
DAVI ALCOLUMBRE	PRESENTE	1. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
SERGIO MORO	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
MARCIO BITTAR	PRESENTE	3. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		4. GIORDANO	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	5. ALAN RICK	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	6. VAGO	
ORIOVISTO GUIMARÃES		7. MARCELO CASTRO	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. CID GOMES	
WEVERTON		9. ALESSANDRO VIEIRA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ	PRESENTE	1. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
ANGELO CORONEL		2. IRAJÁ	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		4. MARA GABRILLI	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	5. DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	8. TERESA LEITÃO	PRESENTE
ANA PAULA LOBATO		9. JORGE KAJURU	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	1. ROGERIO MARINHO	
CARLOS PORTINHO		2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. JORGE SEIF	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	4. EDUARDO GOMES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	1. TEREZA CRISTINA	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. HAMILTON MOURÃO	PRESENTE

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS
SÉRGIO PETECÃO
IZALCI LUCAS
DAMARES ALVES

**Resultado de Votação Secreta**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Sabatina e Votação de indicados à DPU, CNJ e CNMP
João Paulo Santos Schoucair - CNJ

Início da Votação: 11/07/2023 09:54:20

Fim da Votação: 11/07/2023 12:43:50

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Davi Alcolumbre (UNIÃO)	votou	1. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Sergio Moro (UNIÃO)	votou	2. Efraim Filho (UNIÃO)	
Marcio Bittar (UNIÃO)	votou	3. Professora Dorinha Seabra (UNIÃO)	votou
Eduardo Braga (MDB)		4. Giordano (MDB)	
Renan Calheiros (MDB)		5. Alan Rick (UNIÃO)	votou
Jader Barbalho (MDB)	votou	6. VAGO	
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)		7. Marcelo Castro (MDB)	
Carlos Viana (PODEMOS)	votou	8. Cid Gomes (PDT)	
Weverton (PDT)		9. Alessandro Vieira (MDB)	
Plínio Valério (PSDB)		10. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
Omar Aziz (PSD)	votou	1. Zenaide Maia (PSD)	
Angelo Coronel (PSD)		2. Irajá (PSD)	
Otto Alencar (PSD)	votou	3. Vanderlan Cardoso (PSD)	votou
Eliziane Gama (PSD)		4. Mara Gabrilli (PSD)	
Lucas Barreto (PSD)	votou	5. Daniella Ribeiro (PSD)	votou
Fabiano Contarato (PT)	votou	6. Paulo Paim (PT)	
Rogério Carvalho (PT)	votou	7. Humberto Costa (PT)	
Augusta Brito (PT)		8. Teresa Leitão (PT)	votou
Ana Paula Lobato (PSB)		9. Jorge Kajuru (PSB)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Flávio Bolsonaro (PL)	votou	1. Rogerio Marinho (PL)	
Carlos Portinho (PL)		2. Eduardo Girão (NOVO)	votou
Magno Malta (PL)	votou	3. Jorge Seif (PL)	
Marcos Rogério (PL)	votou	4. Eduardo Gomes (PL)	não computado
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Ciro Nogueira (PP)	votou	1. Tereza Cristina (PP)	votou
Esperidião Amin (PP)	votou	2. Dr. Hiran (PP)	
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)		3. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS)	não computado

Votação:TOTAL 22 SIM 22 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, EM 11/07/2023

DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 12/2023)

NA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, POR UNANIMIDADE, COM 22 VOTOS FAVORÁVEIS.

11 de julho de 2023

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania